

O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO: Da saúde à democracia.



Ações conjuntas pela cidadania

Especialistas defendem combate coordenado de instituições e regulação de plataformas digitais para preservar exercício democrático

» ANDREA MALCHER
» RAFAELA BOMFIM*

Fotos: ED ALVES/CB/D.A.Press



Daniela Garrossini: "O enfrentamento da desinformação precisa ser assumido como política institucional"



Morgana Bruno: "O alcance que você tem da desinformação é muito maior que o da retratação"

Num esforço de combate à desinformação no campo da saúde e da ciência, a universidade deve ser compreendida como uma "infraestrutura democrática de confiança pública", como apontou Daniela Garrossini, professora da Universidade de Brasília (UnB) e assessora de Comunicação do gabinete da reitora. Segundo ela, as instituições não podem, porém, "permanecer restritas aos seus próprios circuitos acadêmicos". As declarações ocorreram no primeiro painel do *CB Debate O impacto da desinformação: da saúde à democracia*.

Para Daniela Garrossini, é importante disputar os espaços públicos, traduzindo conhecimento "sem empobrecê-lo" e dialogando com a sociedade, "sem abandonar a complexidade". "O enfrentamento da desinformação não pode depender apenas de uma ação individual, de pesquisadores específicos, em momentos de crise. Precisa ser assumido como política institucional", declarou.

A professora acrescentou: "No ambiente digital marcado por essa aceleração absurda, pela fragmentação e pela disputa permanente por atenção, a universidade vai preservar uma função essencial: criar condições para que a sociedade interprete problemas complexos, com rigor, memória e contexto. Sua contribuição ultrapassa a produção de pesquisa e a formação profissional".

Embora reconheça que instituições mediavam a informação para a sociedade, elas "nunca foram neutras nem perfeitas". Ainda assim, sustentavam "procedimentos essenciais para a vida democrática". "A verificação, a responsabilidade,

o contraditório, o método, a evidência e a memória institucional. O ambiente digital reorganizou profundamente essa lógica."

Conforme Daniela Garrossini, "hoje, muitas vezes, a autoridade de uma informação depende muito mais da sua capacidade de circulação do que da sua consistência pública". "É nesse ambiente que a evidência perde espaço para o engajamento, a complexidade vai perder espaço para a comoção e a credibilidade passa a disputar lugar com a capacidade de viralização. Esse deslocamento altera profundamente a experiência democrática", avaliou.

O ambiente da desinformação ganha força tanto pela capacidade de circulação de conteúdo falso como por explorar "fragilidades mais profundas nas formas como produzimos confiança, reconhecemos autoridade e compartilhamos referências em comuns sobre a realidade" — destacou a professora.

Debate coletivo

Ela ponderou, ainda, que a cidadania se garante para além do direito de emitir opinião, mas "pela existência de condições sociais, técnicas e institucionais que permitam compreender problemas públicos, avaliar evidências, reconhecer fontes confiáveis, participar do debate coletivo de forma qualificada".

"Quando a visibilidade algorítmica passa a organizar o que aparece como relevante, a esfera pública deixa de ser apenas um espaço de debate e se torna, também, um território de disputa por atenção, confiança e interpretação da realidade", disse.

Morgana Bruno, bióloga, doutora em ecologia e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB), também destacou que a rapidez de

difusão de informação no ambiente da internet torna propícia a desinformação no campo da ciência, bem como atrapalha o tempo necessário para conduzir pesquisas.

"A internet facilita inserção de empresas, incentivos que vão gerar a chamada 'criação de dados', que teriam o caráter científico, mas são informações falsas. A internet permite a divulgação rapidamente, mas a retratação é totalmente lenta", observou.

O espaço digital acaba sendo um meio de "deformação de dados", pela análise da bióloga, apesar de ser uma importante ferramenta para ciência, educação e divulgação da produção científica.

Para além da velocidade na disseminação de informações, o amplo alcance potencializa o poder de convencimento, tornando urgente a legislação no âmbito das empresas de tecnologia, as chamadas big techs. "O alcance que você tem da desinformação é muito maior que o da retratação. A polêmica é gerada e incentivada com outras informações falsas", frisou. "Essas big techs têm um potencial enorme, inclusive com acesso à informação. Tudo com que trabalhamos fica em rede? Quem tem acesso a isso?", questionou Morgana Bruno.

O caso das vacinas, que passaram a ter sua eficácia questionada durante a pandemia de covid-19, é apenas uma parte do problema. "A questão da vacinação desaparece um pouco quando você vai a fundo e observa a automedicação, por exemplo", comentou. "Ou médicos influencers que indicam o uso de anabolizantes, vendem tratamentos, dietas. E quantos jovens, quantas pessoas são prejudicadas por algo que é extremamente sério. (...) A população não tem nenhum filtro."

Cenário tecnológico exige respostas ágeis

A velocidade das transformações tecnológicas e a expansão da desinformação têm colocado o sistema jurídico diante de um cenário de instabilidade permanente. O juiz federal Ilan Presser, integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmou que o direito não consegue acompanhar o ritmo das mudanças provocadas pela internet, pelas redes sociais e pela inteligência artificial.

Segundo Presser, leis e decisões judiciais sempre reagem com atraso às mudanças sociais e tecnológicas. Para ele, é inviável imaginar uma regulamentação definitiva para o ambiente digital. "Se não sabemos para onde vamos e ainda se está discutindo onde estamos, é impossível ter uma normatização completa e permanente", argumentou.

O conselheiro lembrou que o Brasil já possui instrumentos como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo plataformas digitais. Ainda assim, avaliou que o cenário tecnológico se altera rapidamente e exige respostas mais dinâmicas das instituições públicas.

Ao abordar o funcionamento das redes sociais, Presser afirmou que os usuários deixaram de ser tratados como cidadãos e passaram a ser vistos como consumidores. "Ninguém fala de democracia ou reflexão sobre a sociedade. O ambiente é construído para estimular consumo e permanência na plataforma", afirmou.

Na avaliação do magistrado, o modelo das big techs favorece conteúdos baseados em confronto e polarização. Ele observou que os algoritmos reforçam opiniões anteriores e dificultam o contato com perspectivas diferentes. "Os comentários acabam reforçando aquilo que a pessoa já pensa, e isso destrói a lógica do debate público."

Presser destacou que esse processo afeta diretamente a



Presser: "O ambiente é construído para estimular consumo e permanência na plataforma"



Janara Sousa: fake news procuram questionar a dignidade e o comportamento femininos

confiança nas instituições democráticas. Segundo ele, o ambiente digital passou a estimular ataques permanentes contra agentes públicos, jornalistas e representantes dos Poderes da República.

Como alternativa, o juiz defendeu mudanças na lógica das plataformas digitais, com estímulo à circulação de conteúdos verificados e maior diversidade de informações nos algoritmos. Na opinião dele, as redes deveriam ampliar o contato dos usuários com diferentes pontos de vista para reduzir o isolamento em bolhas digitais.

O magistrado também chamou atenção para os impactos da inteligência artificial sobre o Judiciário e a democracia. Segundo ele, o uso de robôs na produção de textos, em decisões e em conteúdos políticos pode gerar manipulações automatizadas. Presser alertou para o chamado "prompt injection", mecanismo que pode direcionar respostas

Contato com fake news

Janara Sousa lembrou pesquisa do DataSenado indicando que sete em cada 10 brasileiros já tiveram contato com conteúdos falsos. Segundo a pesquisadora, o principal desafio atual é reconhecer isso interfere na democracia e nas relações sociais.

e favorecer determinadas conclusões dentro dos sistemas de IA. "Se robôs passarem a dialogar com robôs em um ambiente manipulado, existe uma erosão completa da cidadania e da convivência democrática", frisou.

Mulheres no alvo

A relação entre desinformação, misoginia e violência política contra mulheres ganhou destaque durante debate no *Correio*. A chefe da Comunicação do Ministério das Mulheres e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Janara Sousa, enfatizou que mulheres e

meninas estão entre as principais vítimas da circulação de conteúdos falsos nas redes sociais.

o discurso de ódio contra mulheres é sustentado por narrativas repetidas constantemente em ambientes digitais, segundo disse. E afirmou que grupos masculinistas difundem conteúdos baseados em informações falsas, interpretações distorcidas da ciência e leituras seletivas da religião para reforçar padrões de comportamento feminino. "Existe uma narrativa permanente dizendo o que a mulher pode fazer, onde pode estar e como deve se comportar", declarou.

Para ela, a repetição dessas

mensagens contribui para naturalizar agressões e justificar episódios de violência contra o público feminino. "A desinformação cria um cenário de ódio que impacta diretamente a vida das mulheres fora da internet", disse.

Janara Sousa também chamou atenção para a monetização desse conteúdo nas plataformas digitais. Segundo ressaltou, há uma estrutura organizada que transforma discursos violentos em fonte de receita. "Existe uma engrenagem que lucra com desinformação e ódio. Esses grupos monetizam vídeos, transmissões e cursos baseados nesse conteúdo."

Ela destacou os riscos da inteligência artificial na disseminação de conteúdos falsos envolvendo mulheres, especialmente em períodos eleitorais. Alertou, ainda, para o crescimento de aplicativos capazes de produzir imagens íntimas falsas, conhecidas

como "deepnudes", utilizadas para atacar reputações e constranger mulheres públicas.

"Essas ferramentas colocam mulheres em contextos inexistentes e espalham isso como se fosse verdade. O impacto disso destrói carreiras e afasta mulheres da política", destacou. Segundo Janara Sousa, muitas lideranças femininas evitam disputar cargos públicos por receio da violência digital e da exposição promovida pelas redes sociais.

"Quando o alvo é uma mulher, as fake news procuram questionar sua dignidade e seu comportamento. Não é apenas um ataque à competência profissional", afirmou. Para ela, esse mecanismo funciona como instrumento de intimidação e exclusão feminina dos espaços de poder. (AM e RB)

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa